



## O PAPEL DOCENTE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM CIÊNCIAS HUMANAS: UM ENSAIO TEÓRICO SOBRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Giancarlo Moser, Rosa Beatriz Madruga Pinheiro, Thiago Henrique Almino  
Francisco, Verônica Maria de Carvalho

### ARTIGO ORIGINAL

#### RESUMO

Este estudo aborda como o cenário globalizado demanda adaptações constantes dos sistemas educacionais para atender às expectativas contemporâneas. Nesse contexto, a educação a distância (EAD) no Brasil destaca-se pelo seu crescimento expressivo, impulsionado pelo avanço tecnológico. Este formato de ensino facilita o acesso a conteúdos educacionais a alunos de diferentes regiões, promovendo a inclusão e a capacidade de autoeducação. No campo das ciências humanas, a EAD enfrenta desafios únicos, mas também oferece oportunidades significativas para um ensino crítico e reflexivo, apoiado por recursos digitais variados como videoaulas e fóruns de discussão. A pesquisa explorou a legislação vigente e políticas educacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para compreender como são estruturadas as práticas e regulamentações do ensino à distância, enfatizando a necessidade de adaptações pedagógicas para uma sociedade diversificada e conectada.

**Palavras-chave:** Globalização, Educação a Distância, Ciências Humanas, Inclusão Educacional, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).



# The Teacher's Role In Distance Education In The Humanities: A Theoretical Essay On Challenges And Possibilities

## ABSTRACT

This study addresses how the globalized scenario requires constant adaptations of educational systems to meet contemporary expectations. In this context, distance education (EAD) in Brazil stands out for its significant growth, driven by technological advancements. This teaching format facilitates access to educational content for students from different regions, promoting inclusion and the capacity for self-education. In the field of humanities, EAD faces unique challenges but also offers significant opportunities for critical and reflective teaching, supported by various digital resources such as video lectures and discussion forums. The research explored current legislation and educational policies, such as the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB), to understand how practices and regulations of distance education are structured, emphasizing the need for pedagogical adaptations for a diverse and connected society.

**Keywords:** Globalization, Distance Education, Humanities, Educational Inclusion, Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB).

**Dados da publicação:** Artigo recebido em 14 de Março e publicado em 04 de Maio de 2024.

**DOI:** <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n5p295-307>

**Autor correspondente:** Giancarlo Moser - [moserqiancarlo@gmail.com](mailto:moserqiancarlo@gmail.com)

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





## INTRODUÇÃO

O papel da educação em uma sociedade plural e globalizada é profundamente transformador e essencial para o desenvolvimento de competências que atendam às exigências do mundo contemporâneo. À medida que a globalização altera as formas de comunicação e as expectativas sobre o futuro, os sistemas educacionais enfrentam o desafio de adaptar-se a um ambiente em constante mudança. Um estudante do ensino médio de hoje, por exemplo, busca métodos de ensino que vão além das abordagens tradicionais, evidenciando a necessidade de adaptações no campo educacional que contemplem tanto a tecnologia quanto a capacidade de estudar de forma autônoma e contínua. Este cenário destaca a importância da autoeducação e do autodesenvolvimento, fenômenos crescentes impulsionados pela expansão dos serviços educacionais e pelo acesso facilitado à informação.

A educação a distância (EAD) no Brasil tem experimentado um crescimento significativo, especialmente com o avanço das tecnologias de informação e comunicação. Instituições de ensino, desde escolas de ensino fundamental até universidades, adotaram essa modalidade para oferecer cursos variados, incluindo aqueles voltados para as ciências humanas. Esse formato permite que alunos de diferentes regiões do país tenham acesso a conteúdos educacionais sem a necessidade de deslocamentos físicos, o que facilita a inclusão de pessoas que talvez não pudessem frequentar aulas presenciais.

No campo das ciências humanas, a EAD apresenta desafios e oportunidades únicas para o ensino e aprendizagem. Disciplinas como história, filosofia e sociologia demandam uma abordagem crítica e reflexiva que pode ser estimulada através de fóruns de discussão, trabalhos escritos e interações mediadas por tecnologia. Além disso, recursos como videoaulas, podcasts e materiais didáticos digitais podem ser integrados para enriquecer o processo educativo, proporcionando aos alunos diferentes perspectivas e ferramentas para o entendimento da sociedade e cultura.

Este trabalho teórico-reflexivo originou-se na discussão empreendida entre os autores nas suas práticas pedagógicas cotidianas em cursos de ensino à distância na área de ciências humanas, principalmente nos cursos de: História, Filosofia, Geografia e Sociologia, e tem, portanto, como objetivo abordar brevemente a situação e as características da educação a distância (EAD) no Brasil, especialmente focando no ensino de ciências humanas. Ele aborda como essa modalidade de ensino vem sendo utilizada e quais são os recursos para facilitar a aprendizagem nesse campo específico, destacando as possibilidades e alguns desafios encontrados. A metodologia de pesquisa empregada nesta proposta foi de natureza teórico-exploratória, combinando uma revisão de literatura com a análise de políticas educacionais vigentes. A revisão de literatura focou em fontes primárias e secundárias relevantes para entender as dinâmicas do ensino à distância e os desafios da educação em contextos globalizados e plurais.



Além disso, a pesquisa analisou sucintamente legislações educacionais significativas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, para explorar como os marcos legais têm influenciado as práticas educativas no Brasil, especialmente no que tange ao ensino à distância. A regulamentação do artigo 80 da LDB, por exemplo, foi examinada para compreender como o Brasil tem estruturado a modalidade de ensino à distância para atender a diferentes níveis e modalidades de ensino. Essa abordagem metodológica permitiu uma análise das políticas que suportam a expansão do EaD, considerando tanto os aspectos legais quanto os pedagógicos que sustentam essa modalidade de ensino, destacando os esforços para adaptar o ensino em Ciências Humanas às necessidades de uma sociedade cada vez mais diversificada e conectada.

## O PAPEL PRECÍPUO DA EDUCAÇÃO EM UMA SOCIEDADE PLURAL E GLOBALIZADA

A globalização da sociedade está mudando a maneira como nos comunicamos e vemos o futuro. Um estudante, em qualquer nível, por exemplo, não está mais satisfeito com os métodos tradicionais de ensino, pois enfrenta mudanças rapidamente e aceita os desafios de hoje para dominar as ferramentas de comunicação de alta velocidade e ser capaz de trabalhar sob estresse, lidando com a forte concorrência no mercado de trabalho. Com um crescimento extenso dos serviços educacionais atualmente, tal educando não apenas continua estudando continuamente, mas também percebe positivamente o atual boom de autoeducação e autodesenvolvimento.

Em uma abordagem crítica do papel docente nesta sociedade hiperconectada e fortemente midiática (BAUDRILLARD, 2008)<sup>1</sup>, Gadotti (2000, p. 71) aponta que:

Nessa “educação bancária” (Paulo Freire), o docente é apenas um “aplicador” de um texto: “Hoje vamos estudar da página 13 à página 18”. Nada mais. Por isso, os textos didáticos devem ser “explícitos”, pensados, criticados e revistos de acordo com certos “parâmetros nacionais” 5 do Banco. O docente “passa” de uma página para outra, e avança, conforme a aplicação das páginas do texto. Qualquer pessoa pode “passar” de uma página para outra. Não precisa tanto tempo para se formar. Na verdade, nem precisa ser “professor”.

Contudo, e de maneira que nos parece irreversível e inescapável, o novo paradigma da educação no mundo globalizado proporciona acesso, para muitos, maior à ensino e desenvolvimento contínuo de competências que atendem às exigências de uma

---

<sup>1</sup> A hiper-realidade é amplamente explorada e discutida pelo filósofo francês e cabe aqui um breve contexto de seu pensamento, reiterando que este ensaio busca a análise específica sob o prisma de Umberto Eco. Segundo as considerações de Baudrillard (2008), a hiper-realidade se configura como um estado em que a própria realidade e suas representações se amalgamam, resultando em uma fusão indistinta entre a imagem simulada e o real. Neste cenário hiper-real, nos vemos imersos em um universo em que as representações visuais, os signos e os símbolos são incessantemente reproduzidos e absorvidos, originando uma realidade simulada, plena de artificialidade. A cultura de massa, os meios de comunicação e os avanços tecnológicos desempenham um papel preponderante na construção desse estado hiper-real, no qual os limites entre o que é tangível e o que é ilusório se dissipam.



sociedade globalizada. Nesse sentido, é crucial que o sistema educacional se molde para refletir e responder à complexidade das vivências plurais dos alunos. Nesse sentido, Moreira e Candau (2003, 161) afirmam que:

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamado a enfrentar.

É interessante evocar também a Lei de Diretrizes e Bases, a LDB – 9.394/96, que prevê em seu art. 1º: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”. Ainda se encontra na BNCC (BRASIL, 2018b), dentre as competências gerais da educação, uma que traz o seguinte texto:

(...) 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018, p. 9).

Nesse sentido, Echeita et al (1995, p. 37) assevera que a interação na educação “constitui o núcleo da atividade didática, já que o conhecimento é gerado, construído, construído conjuntamente, exatamente porque se produz interatividade entre duas ou mais pessoas que participam dela”. Entendemos, portanto, que a interação é fundamental no processo educativo, pois é através dela que o conhecimento é gerado e construído coletivamente, sublinhando a importância da interatividade entre os participantes do processo educacional.

## **BREVE OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO NORMATIVO DO ENSINO À DISTÂNCIA NO BRASIL**

O desenvolvimento do ensino à distância (EaD) no Brasil é uma jornada marcada por avanços legais significativos que moldaram a trajetória da educação não presencial no país. Desde a sua menção inicial na legislação até as regulamentações mais detalhadas e abrangentes, o EaD evoluiu para se tornar uma componente crucial do sistema educacional brasileiro.

A história do ensino à distância no Brasil teve um marco inicial com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, que foi pioneira ao reconhecer a modalidade de ensino à distância. Embora essa menção fosse inicial e um tanto limitada, ela representou um reconhecimento da importância e do potencial da educação não presencial, abrindo caminho para futuras elaborações legais.

Um salto significativo ocorreu com a promulgação da nova LDB, nº 9.394/96, que forneceu um quadro legal mais robusto e detalhado para o EaD. Em seu artigo 80,

esta versão mais recente da LDB estabeleceu diretrizes claras para a implementação e expansão da EaD em diversos níveis educacionais, abrindo caminho para uma maior flexibilidade e inovação nos métodos de ensino brasileiros.

A regulamentação do artigo 80 pela LDB de 1996 foi concretizada com a publicação do Decreto nº 5.622, em 22 de dezembro de 2005, que delineou as normas operacionais para cursos de graduação, pós-graduação, educação básica, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e educação especial na modalidade à distância. Esse decreto foi essencial para garantir que essas modalidades de ensino atendessem a critérios de qualidade, acessibilidade e equidade, possibilitando que uma gama mais ampla de estudantes pudesse beneficiar-se das oportunidades educacionais oferecidas pelo EaD. Com isso, o ensino à distância no Brasil passou a ser uma alternativa viável e regulamentada, proporcionando uma opção adicional para a formação e capacitação contínua de indivíduos em todo o território nacional.

O artigo nº 80, da LDB 9.394/96, orienta que:

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e da educação continuada. § 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União. § 2º A União regulamentará os requisitos para realização de exames e registros de diploma relativos a cursos de educação a distância. § 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. § 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado que incluirá: I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens; - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas; - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Um importante passo para a educação no Brasil foi a criação da Secretaria de Educação à Distância, instituída pelo Decreto nº 1917, de 27 de maio de 1996, essa secretaria teve como missão principal fomentar a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e das técnicas de educação a distância nos métodos didático-pedagógicos. O objetivo era não apenas integrar novas tecnologias ao processo educativo, mas também promover a pesquisa e o desenvolvimento de novos conceitos e práticas que pudessem ser implementados nas escolas públicas brasileiras, transformando a maneira como o ensino era conduzido e percebido em todo o país.

A publicação do Decreto nº 5.622, em 22 de dezembro de 2005, detalhou as normas operacionais para cursos de graduação, pós-graduação, educação básica, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e educação especial na modalidade à distância. Este decreto foi essencial para assegurar que as modalidades de ensino atendessem a critérios rigorosos de qualidade, acessibilidade e equidade, possibilitando que um espectro mais amplo de estudantes pudesse beneficiar-se das oportunidades educacionais oferecidas pelo EaD. Essa iniciativa representou uma resposta aos

crecentes desafios de modernizar o ensino em uma era digital e globalizada, buscando alcançar uma educação mais inclusiva e acessível a diferentes camadas da população. A Secretaria de Educação à Distância também se propôs a capacitar professores e gestores educacionais para utilizar as ferramentas digitais de forma eficaz, garantindo que as inovações tecnológicas se traduzissem em melhorias tangíveis na qualidade de ensino. Além disso, o foco em pesquisa e desenvolvimento buscava continuamente renovar os currículos e as práticas pedagógicas, preparando as escolas brasileiras para enfrentar os desafios do futuro e formar cidadãos aptos a participar de uma sociedade cada vez mais conectada e dependente de tecnologia.

## A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM CIÊNCIAS HUMANAS: UM ENSAIO TEÓRICO E EXPLORATÓRIO DOS SEUS DESAFIOS

O ensino das Ciências Humanas, enraizada nos alicerces do humanismo clássico emanado da tradição helênica, é erigida sobre uma plataforma filosófica que posiciona o ser humano como fulcro da indagação acadêmica. Neste interregno, ilustres pensadores empenharam-se na sondagem e na clarificação das quintessências da condição humana, forjando um elo profundo entre o ente e o cosmo. Tal esforço intelectual tinha por meta não somente elucidar a tessitura e a ordem do universo, mas também engendrar uma compreensão mais dilatada sobre a proveniência e a finalidade do cosmos. (Rodrigo, 2007).

Tal abordagem permitia uma compreensão holística, onde o homem era visto tanto como observador quanto como parte integrante do todo, e essa dualidade filosófica era essencial para fomentar uma visão de mundo coerente e significativa. Os estudos humanísticos, portanto, buscavam não só interpretar o mundo natural e sua configuração, mas também aspiravam a entender as complexidades da condição humana, integrando aspectos éticos, estéticos e metafísicos nas reflexões sobre a vida e a sociedade.

Não obstante, para que as Ciências Humanas desempenhem um papel efetivo e integrado na formação dos discentes, é imperativo que englobem uma compreensão abrangente das noções elementares das disciplinas que constituem este campo do conhecimento e não permaneçam atolados em métodos arcaicos e que não estão em sintonia com as ferramentas tecnológicas contemporâneas correndo o risco de permanecer como assevera Cabral et al. (2016), que diz que a educação, em sua essência, demonstra uma notória resistência à inovação, na qual os educadores e docentes frequentemente optam pela preservação dos métodos previamente estabelecidos, perpetuando abordagens pedagógicas que não incorporam atualizações; no entanto, é imperativo reconhecer que a realidade é intrinsecamente dinâmica. A proficiência do corpo docente nos princípios fundamentais de cada ciência é crucial, não apenas para a facilitação do processo educacional dentro do ambiente acadêmico, mas também para uma análise crítica das estruturas sociais envolventes. Este domínio é necessário para que possam guiar os estudantes através de um currículo que inter-relaciona teoria e prática, estimulando assim a capacitação crítica e reflexiva dos



educandos. A eficácia deste processo depende intrinsecamente da habilidade do professor em integrar conceitos complexos e promover uma compreensão holística que transcenda o conhecimento superficial (BODART; FEIJÓ, 2020).

Levando em consideração a teoria de Vygotsky (1988) sobre o desenvolvimento cognitivo, observa-se que a gênese dos processos conceituais inicia-se nos primeiros anos de vida, mas é durante a puberdade que as funções cognitivas essenciais para a elaboração e assimilação de conceitos complexos atingem a maturidade. No entanto, a progressão deste desenvolvimento intelectual pode ser significativamente prejudicada se o ambiente educacional não propuser desafios adequados ou não enriquecer o repertório cognitivo do estudante com novos e diversificados estímulos intelectuais. A falta de estímulos adequados pode resultar em uma latência no alcance de níveis superiores de raciocínio, ou em uma aquisição de habilidades intelectuais de forma tardia. Portanto, a construção de um ambiente educacional que fomente a curiosidade intelectual e promova desafios constantes é fundamental para a maximização do potencial cognitivo dos educandos, assegurando assim uma formação robusta e adaptada às exigências contemporâneas.

Tendo essa premissa, entendemos que a Educação a Distância (EaD) em Ciências Humanas apresenta desafios e oportunidades únicas que merecem atenção especial na formação de professores. Este modo de ensino, que ganhou imensa popularidade e necessidade nos últimos anos, especialmente impulsionado por circunstâncias globais como pandemias, exige uma abordagem pedagógica que respeite as particularidades das disciplinas humanísticas, como História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

Primeiramente, o ensino de Ciências Humanas à distância requer uma cuidadosa seleção de conteúdos e métodos que promovam não apenas a transmissão de informações, mas também o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade analítica. Isso implica em ir além do uso de videoaulas e incluir fóruns de discussão, trabalhos colaborativos e projetos que incentivem a interpretação e a reflexão. Os professores precisam ser capacitados para criar ambientes virtuais de aprendizagem que estimulem a interação e a construção coletiva do conhecimento, aspectos fundamentais nas Ciências Humanas. Nesse sentido, Flores & Escola (2008, p. 35) discutem que:

A inclusão digital não significa somente o acesso as novas tecnologias. É necessário que cada criança/cidadão seja capaz de pensar, de relacionar, de inovar e de criar novas formas de conhecimento. Há que ter capacidade educativa no uso da internet e capacidade de aprender a aprender, para aprender a ser.

Além disso, a formação de professores para a EaD em Ciências Humanas deve incluir o desenvolvimento de competências digitais específicas para o uso pedagógico de diversas ferramentas online. Isso abrange desde plataformas de gestão de aprendizagem até softwares específicos para a criação de mapas interativos, cronologias digitais e outros recursos que enriqueçam o ensino das humanidades.



A capacitação técnica deve andar de mãos dadas com a pedagógica, garantindo que os educadores saibam não só como usar as ferramentas, mas também como integrá-las de maneira eficaz no currículo, como observado por Prado (2005, p. 16):

É necessário que o professor tenha abertura e flexibilidade para relativizar sua prática e as estratégias pedagógicas, com vistas a propiciar ao aluno a reconstrução do conhecimento. O compromisso educacional do professor é justamente saber o quê, como, quando e por que desenvolver determinadas ações pedagógicas. E para isso é fundamental conhecer o processo de aprendizagem do aluno e ter clareza da sua intencionalidade pedagógica.

O desafio de avaliar o aprendizado em Ciências Humanas também se torna mais complexo no contexto da EaD. Os métodos de avaliação precisam refletir o caráter interpretativo e discursivo dessas disciplinas, indo além de testes de múltipla escolha para incluir ensaios, análises de documentos e debates virtuais. Professores precisam ser treinados para criar e gerenciar essas formas de avaliação, assegurando que sejam justas e eficazes em medir o entendimento e a aplicação do conhecimento pelos alunos.

Para organizar o estudo remoto na área das ciências humanas, é necessário utilizar um conjunto de tecnologias digitais: ferramentas de busca com as quais os estudantes podem rapidamente consultar dados para estatísticas, categorias, indicadores, eventos, bibliotecas de referência eletrônicas, livros didáticos eletrônicos, bibliotecas eletrônicas de periódicos e outros.

Em seguida, é necessário comunicar-se adequadamente com os alunos e cuidar de sua motivação e incentivo no estudo remoto. Isso é especialmente relevante quando ocorre o ensino a distância, pois professores e instrutores podem dificilmente perceber a mudança psicológica e emocional no processo educativo quando os alunos trabalham fora da sala de aula. Ao mesmo tempo, é desafiador para professores e instrutores manter todos os alunos engajados no aprendizado online, a menos que eles sejam auto-motivados e auto-disciplinados.

Podemos também afirmar que a formação continuada do docente e a incorporação de tecnologias avançadas nos processos de ensino-aprendizagem representam elementos cruciais para a adequação e modernização das metodologias pedagógicas aplicadas em sala de aula. Essa sinergia entre atualização profissional e ferramentas tecnológicas facilita a integração entre teoria e prática, elevando a qualidade e a eficácia do ensino.

Ao adotar essas abordagens, os educadores são capazes de promover um processo de aprendizagem mais dinâmico e abrangente, o que amplia significativamente as possibilidades de assimilação e aplicação do conhecimento pelos alunos. Além disso, o uso criterioso de recursos tecnológicos no ambiente educacional permite a exploração de conteúdos de forma mais interativa e adaptável às necessidades individuais dos estudantes, resultando em uma experiência educativa mais enriquecedora e alinhada com as demandas contemporâneas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paradigma pedagógico tradicional, amplamente hegemônico, foi cimentado sob a premissa de que o docente é o eixo central do processo educativo, responsável por ministrar o conhecimento de maneira sistematizada e sequencial. Neste modelo, o papel do educador é primariamente o de um difusor de informações, enquanto o discente desempenha a função de um receptáculo passivo, destinado à absorção volumosa de conteúdos em um contexto onde o questionamento crítico é largamente inibido. Conseqüentemente, este método pedagógico promove intensamente a prática da memorização, restringindo a capacidade reflexiva e analítica do aluno.

Conforme delineado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, Brasil, 2005), observa-se que, ao longo dos anos, as ciências e as tecnologias têm convergido de maneira significativa, alterando com crescente velocidade as dinâmicas de interação entre os indivíduos e suas percepções do mundo. Portanto, torna-se pertinente e relevante debater estratégias que integrem a educação e as ciências para fomentar e enriquecer essa interação entre o ser humano e a sociedade.

Portanto, é essencial que a formação em EaD para professores de Ciências Humanas também contemple estratégias para fomentar a inclusão e o acesso. Isso inclui preparar os educadores para lidar com as diversas realidades tecnológicas e socioeconômicas dos alunos, garantindo que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado. Isso pode envolver desde o desenvolvimento de conteúdo acessível até o suporte para estudantes que enfrentam barreiras tecnológicas.

Em resumo, a formação de professores para a educação a distância em Ciências Humanas é um campo que exige uma combinação de habilidades técnicas e pedagógicas. Ao enfrentar esses desafios, os educadores estarão melhor equipados para utilizar a EaD como uma ferramenta poderosa para o ensino e a disseminação das humanidades no mundo digital.

## REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. A sociedade do consumo. Lisboa: Edições 70, 2008

BODART, Cristiano das Neves; FEIJÓ Fernanda. A importância da Sociologia escolar: esclarecimentos necessários em tempo de obscurantismo. In: A importância do ensino das Ciências Humanas: Sociologia, Filosofia, História e Geografia / Organizadores: Cristiano das Neves e Radamés de Mesquita Rogério. - 1. ed. – Maceió, AL: Editora Café com Sociologia. Brasil, 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a educação a distância. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 2005. Seção 1, p. 1. Disponível em:



[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm). Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases - LDB. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2018b.

CABRAL, Z. A; RODRIGUES, FAGUNDES, C. V. Tecnologia e sala de aula: a formação docente em foco. Revista Ensino, Educação e Ciências Humanas, Londrina, v. 17, n. 5, Selitec 15/16, p. 491-500, 2016.

ECHEITA, Gerardo; MARTINS, Elena. Interação social e aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995

FLORES, P. A. Q. & Escola, J.J. As novas tecnologias de informação e comunicação no desenvolvimento da língua. Braga: Universidade de Minho, 2008

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre, Arned, 2000.

MOREIRA, A.F. & CANDAU, V.M. (2003). **Educação escolar e culturas: construindo caminhos**. Revista Brasileira de Educação, n. 23.

PRADO, M. E. B. B. Pedagogia de Projetos: fundamentos e implicações. In: ALMEIDA, M. E. B. de; MORAN, J. M. (Org.). Integração das Tecnologias na Educação. Secretaria de Educação à Distância. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005, 204 p. Disponível em:

[https://www.pucrs.br/famat/viali/tic\\_literatura/livros/Salto\\_tecnologias.pdf](https://www.pucrs.br/famat/viali/tic_literatura/livros/Salto_tecnologias.pdf)

RODRIGO, Lidia Maria. **A questão da cientificidade das ciências humanas**. Pro-Posições, v. 18, n. 1 (52) – jan./abr. 2007. p.71-77.

UNESCO BRASIL. Ensino de Ciências: o futuro em risco. 2005. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139948.por.pdf> . Acesso

VYGOTSKY, L.S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VYGOTSKY, L.S. et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone; EDUSP, 1988.